



AZ@BXL

Número: 412

Data: 2026.07.10

No título: “Vulcão dos Capelinhos”

(Ilustração criada com inteligência artificial via Google Gemini)

DESTAQUES



[Comissão define a direção para um setor pecuário próspero e um sistema proteico autossuficiente](#)

[Comissão apresenta Plano de Ação da UE para a Cibersegurança e a Inteligência Artificial](#)

[Os mercados agrícolas da UE continuam robustos, apesar das incertezas e do aumento dos custos dos fatores de produção](#)

[Comissão Europeia adota pacote de procedimentos de infração com casos relativos a Portugal](#)

[Relatório da Comissão mostra que as regras de concorrência da UE tornam os mercados mais justos e mais resilientes para os agricultores](#)

[Semestre Europeu de 2026: Conselho adota recomendações específicas por país](#)

[Relatório anual da Comissão sobre a fiscalidade revela uma mudança na combinação de impostos da UE](#)



VAI ACONTECER

13 de julho



Conselho dos Negócios Estrangeiros, 13 de julho de 2026

O Conselho trocará pontos de vista sobre a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e sobre a situação no Médio Oriente, à luz dos acontecimentos recentes. Os ministros debaterão também a Estratégia para o Mar Negro.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#).



Conselho (Agricultura e Pescas), 13 de julho de 2026

A Presidência irlandesa apresentará o seu programa de trabalho e as principais prioridades nos setores da agricultura e das pescas. Em seguida, os ministros trocarão pontos de vista sobre a estratégia da Comissão para o setor pecuário e o plano para as proteínas, sobre questões agrícolas relacionadas com o comércio e sobre as mulheres na agricultura.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#). Pode acompanhar [aqui](#) os pontos da agenda da reunião que decorrerão em sessão pública.

Até 14 de julho



Horizonte Europa — Parcerias Europeias a executar como empresas comuns

A fim de reforçar o impacto das parcerias europeias, a proposta relativa ao Horizonte Europa 2028-2034 sugere uma racionalização das modalidades de execução e o recurso a uma abordagem de carteira de modo a identificar um conjunto limitado de parcerias coerentes, cujos objetivos estejam estreitamente alinhados pelos do Fundo Europeu de Competitividade. No âmbito desta iniciativa, algumas parcerias europeias serão executadas como empresas comuns com um claro valor acrescentado, em conformidade com o artigo 187.^o do TFUE, através de um ato de constituição único dotado de regras harmonizadas.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 14 de julho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Conselho dos Assuntos Gerais, 14 de julho de 2026

Os ministros responsáveis pelos Assuntos Europeus reunir-se-ão em Bruxelas para assistir a uma apresentação sobre as prioridades da Presidência irlandesa para o segundo semestre de 2026, com destaque para as que se enquadram especificamente na competência do Conselho dos Assuntos Gerais. O Conselho procederá igualmente a uma troca de pontos de vista sobre o ponto da situação e a orientação futura dos seus trabalhos em matéria de simplificação.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#).

Até 16 de julho



Comissão lança consulta pública sobre a Lei Europeia dos Oceanos

A Comissão lançou uma consulta [pública para ajudar a moldar a Lei Europeia dos Oceanos](#), uma proposta legislativa fundamental no âmbito do Pacto Europeu para os Oceanos, cuja adoção está prevista para 2026. A Lei dos Oceanos visa reforçar a governação dos oceanos na, da UE, servindo de ponto de referência único para todos os objetivos económicos, climáticos, ambientais e sociais de proteção e utilização sustentável dos recursos oceânicos.

A decorrer até 16 de julho de 2026, a consulta convida as partes interessadas, as autoridades e administrações públicas, os peritos, os cidadãos e as comunidades costeiras a partilharem os seus pontos de vista através de um questionário estruturado. A presente consulta visa assegurar que a futura Lei dos Oceanos satisfaz as necessidades do mundo real.

A decisão surge na sequência de um convite [anterior à apresentação de evidências em janeiro passado](#).

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre esta consulta pública.



Estratégia da UE para a Juventude pós-2027: consulta pública

O atual quadro de cooperação da UE no domínio da juventude — a Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 — vigora até ao final de 2027.

A comunicação, que a Comissão Europeia prevê que venha a ser adotada durante o primeiro trimestre de 2027, apresentará propostas para uma nova Estratégia da UE para a Juventude pós-2027.

Será acompanhada por dois documentos de trabalho dos serviços da Comissão: um sobre os resultados da UE para a Juventude 2019-2027; e, um sobre a situação dos jovens na UE.

O período de consulta pública decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 16 de julho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 21 de julho



Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura — alteração para efeitos de simplificação e de transposição do Acordo OMC

A alteração do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura incluirá os novos elementos do acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre as subvenções à pesca, bem como modificações que proporcionarão maior flexibilidade aos Estados-Membros para executarem os seus programas nacionais durante o resto do período de programação.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 21 de julho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 22 de julho



Estatísticas europeias sobre o turismo — atualização legislativa

O Regulamento (UE) n.º 692/2011 estabelece um quadro comum para o desenvolvimento, produção e difusão sistemáticos de estatísticas europeias sobre o turismo.

O objetivo desta nova iniciativa é prepará-lo para o futuro. Permitirá responder melhor às novas necessidades dos utilizadores e integrar melhor novas fontes de dados e novos métodos no processo de produção estatística. O objetivo é produzir estatísticas europeias sobre o turismo mais completas, mais atempadas e mais eficientes em termos de custos, sem aumentar o encargo líquido para os respondentes.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 22 de julho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 30 de julho



Lançamento do convite a candidaturas "Juventude para as Regiões Ultraperiféricas 2 – YOUTH4OR2": 1 milhão de euros para continuar a apoiar os jovens nas regiões ultraperiféricas

Este convite à apresentação de propostas é o primeiro passo de um projeto de dois anos e vai selecionar uma entidade que irá gerir a implementação do projeto. O objetivo é apoiar os jovens nas regiões ultraperiféricas a desenvolver pequenas ações adaptadas à sua própria região para melhorar a qualidade de vida, o desenvolvimento regional e o crescimento.

O lançamento do convite à apresentação de candidaturas tem um prazo para submissão de propostas até 30 de julho de 2026 (17:00 CET). Posteriormente, uma vez selecionada a entidade, serão publicados no primeiro trimestre de 2027 os convites para apresentação das candidaturas às ações para jovens e organizações juvenis baseadas nas regiões ultraperiféricas.

Detalhes adicionais estão disponíveis [aqui](#).

Até 31 de julho



Lista de precursores de drogas da UE — atualização

Esta iniciativa incluirá precursores de drogas adicionais na lista de substâncias regulamentadas utilizadas na produção de drogas ilícitas.

A iniciativa visará especificamente as substâncias que só podem ser utilizadas para a produção de drogas, conhecidas como precursores de síntese.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 31 de julho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Apoio aos municípios para acolherem um Painel de Cidadãos para a Energia

A Plataforma de Aconselhamento aos Cidadãos em matéria de Energia convida os municípios da UE a candidatarem-se a apoio para acolher um Painel dos Cidadãos em matéria de Energia, um seminário de um dia que envolve os cidadãos e os intervenientes locais na cocriação de soluções para a transição energética local.

O convite está aberto aos municípios e às autoridades locais de todos os Estados-Membros da UE, independentemente da sua dimensão ou população. Podem candidatar-se tanto os municípios urbanos como os rurais.

As candidaturas devem ser apresentadas por via eletrónica através da [plataforma de inquéritos da UE](#). O formulário de candidatura está disponível em todas as línguas oficiais da UE e pode ser preenchido por fases.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Até 2 de agosto



Estratégia da UE de Investigação e Inovação Oceânicas

Esta estratégia basear-se-á no programa-quadro de investigação e inovação da UE e, nomeadamente, na sua missão de restaurar os nossos oceanos e águas até 2030.

Tem por objetivo: melhorar a atual governação da investigação e inovação, superando a fragmentação das iniciativas, incluindo as infraestruturas de investigação; e, adotar uma abordagem «da nascente até ao mar» para dar resposta aos problemas da poluição e da gestão dos recursos.

Dará igualmente resposta ao financiamento do desenvolvimento e da implantação de novos conhecimentos e soluções.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 2 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Estratégia de investigação e inovação (I&I) em matéria de resiliência hídrica

Esta estratégia visa colmatar as lacunas de conhecimento e de inovação, a fim de alcançar os objetivos da estratégia de resiliência hídrica.

A iniciativa visa: ajudar a canalizar o financiamento para o domínio da I&I relacionada com a água e a expandir as soluções existentes; impulsionar a competitividade e a sustentabilidade, apoiando os progressos tecnológicos em setores-chave; assegurar uma abordagem «da nascente até ao mar» e combater a poluição; e, ajudar a superar a fragmentação do panorama europeu de I&I no domínio da água.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 2 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 5 de agosto



Ato legislativo sobre biotecnologia

O setor da biotecnologia desempenha um papel fundamental em vários domínios da economia da UE. É impulsionado pela investigação, evolui rapidamente e exige investimentos públicos e privados substanciais.

O ato legislativo sobre biotecnologia irá propor uma série de medidas com o objetivo de criar um ambiente propício para acelerar a transição dos produtos biotecnológicos do laboratório para a fábrica e para o mercado, mantendo as mais elevadas normas de segurança relativas à proteção da população e do ambiente.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 5 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 6 de agosto



Certificados no âmbito do Mecanismo de Ajustamento carbónico fronteiriço (certificados CBAM) — venda e recompra

Esta iniciativa estabelecerá as condições de venda e recompra de certificados CBAM através de uma plataforma central comum na sequência de um procedimento de contratação conjunta entre os Estados-Membros e a Comissão.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 6 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 10 de agosto



Diretivas Aves e Habitats — teste de resistência

O teste de resistência das Diretivas Aves e Habitats (as diretivas sobre a proteção da natureza) inscreve-se no âmbito de uma iniciativa mais ampla da Comissão em matéria de simplificação, destinada a impulsionar a competitividade da UE, preservando simultaneamente os objetivos económicos, sociais e ambientais.

O teste de resistência visa identificar: as possibilidades de alcançar os objetivos das diretivas de forma mais eficiente em termos de custos, mantendo simultaneamente os seus objetivos; os potenciais domínios de simplificação; e, as possibilidades de reduzir os encargos administrativos desnecessários.

O período de consulta pública decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 10 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 11 de agosto



Comissão Europeia lança consulta sobre a política de coesão

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta pública sobre a política de coesão, convidando os cidadãos, os órgãos de poder local e regional e demais partes interessadas a enviarem contributos com vista à elaboração do 10.º Relatório sobre a Coesão.

Este relatório avaliará os progressos obtidos na consecução da coesão económica, social e territorial na UE. Examinará ainda se as disparidades regionais foram reduzidas e de que forma as políticas nacionais e da UE contribuíram para as mudanças ocorridas. Identificará desafios e oportunidades, destacando prioridades regionais da UE e indicando necessidades territoriais. Cumprirá igualmente a obrigação de apresentação de relatórios sobre os resultados da revisão intercalar dos programas da política de coesão.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 11 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 31 de agosto



Pesca sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2027

A presente iniciativa examina: os progressos realizados a nível da preservação de unidades populacionais saudáveis; o equilíbrio entre a capacidade da frota e as possibilidades de pesca; a aplicação da obrigação de desembarcar; o desempenho socioeconómico da frota da EU; e, os progressos realizados a nível da dimensão social da política comum das pescas.

A iniciativa define igualmente as principais orientações que servirão de base para as propostas da Comissão sobre as possibilidades de pesca para 2027.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 31 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Comissão procura obter informações sobre o funcionamento das regras da UE em matéria de criptoativos

A Comissão Europeia lançou uma consulta para recolher reações das partes interessadas e do público em geral sobre o funcionamento do quadro regulamentar da UE em matéria de criptoativos, o [Regulamento Mercados de Criptoativos \(MiCA\)](#).

À medida que os mercados de criptoativos e o panorama político mais vasto continuam a expandir-se, a Comissão está a avaliar se o atual quadro continua a ser adequado à sua finalidade.

A consulta procura obter reações sobre os principais elementos constitutivos do MiCA. Inclui [um questionário público destinado](#) às pessoas singulares e [um questionário específico](#) que abrange questões mais técnicas e jurídicas para as partes interessadas, como os emitentes de ativos digitais e os prestadores de serviços, as instituições financeiras, os fornecedores de tecnologia, o meio académico, os grupos de reflexão, os organismos industriais, as organizações de consumidores e de interesse público e as autoridades públicas da UE.

A [consulta](#) está aberta até 31 de agosto e as reações recolhidas serão utilizadas para fundamentar o futuro trabalho político da Comissão em matéria de ativos digitais.

Até 4 de setembro



Prémio “Cidade Acessível” 2027 da Comissão Europeia

O Prémio Cidade Acessível é organizado desde 2010 sob a égide da Comissão Europeia, em colaboração com o Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência, sendo concedido a cidades da UE para as quais a acessibilidade das pessoas com deficiência constitui uma prioridade.

Estão abertas as [candidaturas](#) para o [Prémio “Cidade Acessível” 2027](#) da Comissão Europeia, decorrendo o prazo de candidatura até 4 de setembro de 2026 (12h00 CEST).

Até 23 de setembro



Missões da UE no âmbito do Horizonte Europa: 10 milhões de euros disponíveis para novos projetos no domínio do clima e do solo

A Comissão Europeia lançou um novo convite à apresentação de propostas de projetos de apoio à Missão da UE para a Saúde dos Solos e a Alimentação e à Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, com 10 milhões de euros de financiamento da UE disponíveis.

Na sequência da adoção do programa de trabalho do [Horizonte Europa para 2026-2027 para a Missão](#), da UE, está disponível um total de 10 milhões de euros de financiamento da UE no âmbito do convite: [HORIZON-MISS-2026-06-CLIMA-SOIL](#).

O presente convite visa apoiar ações de inovação que contribuam para os objetivos da Missão da UE para a Saúde dos Solos e a Alimentação e da Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, ajudando a traduzir a investigação e a inovação em soluções concretas.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

Até 29 de setembro



Mercado único — pôr termo a restrições territoriais injustificadas à oferta: convite à apresentação de contributos para uma avaliação de impacto

As restrições territoriais à oferta são limitações impostas por certos grandes fabricantes para dificultar ou impedir que os retalhistas comprem produtos num país da UE e os revendam noutro. Essas restrições fragmentam o mercado único, limitam a escolha dos consumidores e contribuem para disparidades de preços significativas na UE para os bens de consumo correntes.

A estratégia para o mercado único, adotada em maio de 2025, anunciou instrumentos para lutar contra essas práticas em situações que não são abrangidas pelo direito da concorrência.

O período de consulta pública decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 29 de setembro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 30 de setembro



Pacote de medidas de simplificação no setor da habitação

Com base num mapeamento exaustivo da legislação e das iniciativas relevantes da UE e do seu impacto combinado na oferta e na acessibilidade da habitação, o pacote abordará as oportunidades de simplificação regulamentar para o setor da habitação, respeitando simultaneamente os objetivos políticos mais amplos. O pacote abrangerá igualmente a aplicação da legislação da UE nos Estados-Membros e as melhores práticas de simplificação a nível nacional, regional e local. Trata-se de uma das dez prioridades do plano europeu para a habitação acessível e de uma das suas medidas-chave para impulsionar a oferta de habitação.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 30 de setembro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



O Prémio Europeu Natura 2000 está de volta – inscreva-se agora!

O Prémio Europeu Natura 2000 recompensa a excelência na gestão dos sítios Natura 2000 e mostra o valor acrescentado da rede Natura 2000 em termos de conservação da natureza para as comunidades e economias locais em toda a União Europeia.

As suas atividades demonstram excelência na gestão dos sítios Natura 2000, das espécies ou dos habitats protegidos? Demonstraram de que forma a rede cria valor para as comunidades e economias locais ou reforça a natureza nas cidades de toda a UE? Se sim - inscreva-se e obtenha o reconhecimento que merece! Os vencedores serão anunciados numa cerimónia específica em 2027.

Saiba como candidatar-se na página dedicada ao processo de [candidatura](#). As candidaturas estão abertas até 30 de setembro de 2026 e podem ser efetuadas [aqui](#).



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Comissão define a direção para um setor pecuário próspero e um sistema proteico autossuficiente

A Comissão Europeia adotou a Estratégia para a Pecuária, a fim de assegurar que o valioso setor pecuário da Europa se mantém forte e resiliente a longo prazo. A estratégia, a primeira do seu género, estabelece ações para ajudar os criadores de gado a enfrentar os desafios económicos, ambientais e de mercado. Esta visão a longo prazo reconhece o papel essencial da pecuária sustentável no futuro da Europa para proteger a segurança alimentar da Europa e apoiar as comunidades rurais em toda a sua diversidade.

A estratégia para a pecuária estabelece as seguintes cinco prioridades: um setor pecuário resiliente preparado para a crise; um setor pecuário competitivo – na UE e a nível mundial; um setor pecuário sustentável; um setor pecuário adequado a todas as explorações agrícolas e regiões; e, excelência na produção pecuária.

A resposta às pressões que pesam sobre o setor é essencial para assegurar o seu futuro resiliente e sustentável, atraindo as futuras gerações de agricultores. Tal significa depender menos de fatores de produção importados e mais de recursos internos e circulares e reduzir as emissões, tal como estabelecido no Plano de Ação para as Proteínas e no Plano de Ação para os Fertilizantes. Ao mesmo tempo, a preservação da segurança alimentar e a melhoria do bem-estar dos animais continuam a ser objetivos fundamentais.

A estratégia para a pecuária apresenta um **plano de ação para as proteínas**. Em conjunto, estas iniciativas visam reduzir as dependências estratégicas, reforçar a segurança alimentar europeia e contribuir para um sistema agroalimentar europeu mais forte, mais resiliente e mais estratégico. O Plano de Ação para as Proteínas visa igualmente aumentar a oferta e a utilização de proteínas produzidas na UE. Em 2025, apenas 25 % das proteínas provenientes de oleaginosas e proteaginosas eram provenientes da UE. O plano visa **aumentar a percentagem para 35 % até 2035**.

A Comissão apoiará a produção europeia de proteaginosas e melhorará a competitividade das proteínas produzidas na UE. Ao reconhecer as fortes ligações entre as cadeias de valor dos géneros alimentícios, dos alimentos para animais, da energia e da indústria, incentivará igualmente a inovação, o investimento, regimes alimentares diversificados e uma melhor monitorização das dependências das proteínas.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre estas iniciativas da Comissão Europeia.

Os mercados agrícolas da UE continuam robustos, apesar das incertezas e do aumento dos custos dos fatores de produção

Prevê-se que os mercados agrícolas da UE permaneçam robustos em 2026, de acordo com a [edição de verão de 2026 do relatório sobre as perspetivas a curto prazo para os mercados agrícolas da UE](#), publicado pela Comissão Europeia. Note-se que o presente relatório não tem em conta as vagas de calor em curso, que estão a afetar gravemente os agricultores em toda a Europa, uma vez que os dados utilizados foram recolhidos antes das vagas de calor em curso.

O setor continua a enfrentar uma incerteza significativa relacionada com as repercussões do conflito no Médio Oriente, os riscos relacionados com as condições meteorológicas, as doenças dos animais e as tensões comerciais persistentes. O aumento dos custos dos factores de produção está a exercer pressão sobre as margens dos produtores. Prevê-se que o crescimento real do PIB seja de 1,1%, que a inflação aumente para 3,1%, impulsionada pelos custos da energia, e que os preços dos produtos alimentares aumentem. Ao mesmo tempo, as perspetivas apontam para condições de cultivo favoráveis na UE, prevendo-se que os rendimentos das culturas de inverno

sejam superiores à média histórica. No entanto, as culturas de primavera e verão podem sofrer de escassez de calor e água, particularmente em regiões propensas à seca.

No caso das culturas arvenses e especializadas, estima-se que a produção cerealífera da UE em 2026/27 regresse a uma média de 273,7 milhões de toneladas, após rendimentos excepcionalmente elevados na época passada. Espera-se que a produção de sementes oleaginosas aumente 3,1%. Prevê-se que a produção de proteaginosas diminua ligeiramente, mas permaneça acima da média, enquanto a produção de açúcar da UE pode diminuir devido a uma menor superfície de produção de beterraba sacarina. Prevê-se que a produção de azeite diminua em relação à anterior recuperação da produção em 2024/25, mas permaneça acima da média em 2025/26.

No caso dos produtos de origem animal, prevê-se que a oferta de leite da UE aumente em 2026, impulsionada por rendimentos mais elevados. O aumento da disponibilidade de leite cru pode impulsionar a produção de manteiga, queijo, soro de leite e leite em pó desnatado, enquanto as exportações permanecem resilientes, apesar do enfraquecimento da procura no Médio Oriente e das perturbações comerciais. A produção de aves de capoeira deverá crescer, impulsionada pela forte procura e pelos preços elevados. Em contrapartida, prevê-se que a produção de carne de bovino diminua em 2026 e 2027 devido ao declínio do efetivo de vacas.

Os balanços da UE estão disponíveis no [portal de dados agri-food](#). Mais informações estão disponíveis [aqui](#).

Preços dos adubos: Eurodeputados aprovam apoio aos agricultores

O Parlamento Europeu [adotou](#) medidas destinadas a atenuar o impacto do aumento dos preços dos adubos nos agricultores da UE.

Os eurodeputados decidiram [acelerar as alterações à política agrícola comum](#) da UE, conforme foi [proposto pela Comissão](#), a fim de garantir que os agricultores recebem ajuda a tempo de comprar os adubos para a próxima estação vegetativa. As regras propostas pela Comissão são aprovadas por 576 votos a favor, 62 votos contra e 15 abstenções.

Para evitar a queda da produção, da qualidade dos alimentos e o aumento dos preços para os consumidores, os agricultores poderão receber apoio à liquidez no valor de até 80 % dos custos adicionais dos adubos. Os governos da UE poderão ainda aumentar os adiantamentos sobre os [pagamentos diretos](#) de 70 % para 75 %. Também poderão pagar diretamente aos agricultores afetados depois de estes submeterem o pedido (e não apenas após 16 de outubro, como está definido nas regras em vigor). Os Estados-Membros terão ainda maior flexibilidade para ajustar os seus orçamentos de pagamentos diretos para o próximo ano.

O texto tem agora de ser formalmente adotado pelo Conselho e publicado no Jornal Oficial antes de poder entrar em vigor no dia seguinte.

Relatório da Comissão mostra que as regras de concorrência da UE tornam os mercados mais justos e mais resilientes para os agricultores

A Comissão Europeia publicou um relatório que demonstra de que forma [as regras de concorrência da UE](#) apoiam condições de mercado justas e a resiliência económica dos agricultores da UE. O relatório abrange o período compreendido entre julho de 2017 e julho de 2025, [as regras de concorrência da UE no setor agrícola](#). Centra-se nas exclusões das regras de concorrência na [organização comum de mercado](#) (OCM) e nas investigações no domínio anti-trust. Ilustra igualmente a forma como o quadro atual apoia a [visão para a agricultura e a alimentação](#), mantendo um setor agrícola orientado para o mercado e reforçando simultaneamente a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar.

A legislação da UE reconhece os desafios específicos enfrentados pelos agricultores e prevê as isenções necessárias às regras de concorrência da UE. Por exemplo, regras de concorrência específicas ajudam os agricultores a melhorar a sua posição negocial, a gerir os riscos e a responder de forma mais eficaz aos desafios do mercado. O relatório mostra que estas regras dão aos agricultores mais oportunidades para trabalharem em conjunto, reforçarem a sua posição na [cadeia de abastecimento agroalimentar](#) e contribuir para mercados agroalimentares mais justos e resilientes, assegurando simultaneamente benefícios para os consumidores. Entre outros aspetos, as regras da UE permitem que os produtores e operadores da cadeia de abastecimento agroalimentar cooperem em [acordos que visem normas de sustentabilidade mais elevadas](#) do que as exigidas pela legislação da UE ou nacional.

Embora estas opções estejam disponíveis, o relatório mostra que o seu potencial ainda não é plenamente explorado pelos agricultores.

No entanto, tal como demonstrado no relatório, a aplicação das regras de concorrência da UE é essencial para permitir que os agricultores operem em pé de igualdade. Tal é feito principalmente através de uma coordenação eficaz entre a Comissão e as autoridades nacionais da concorrência.

Entre julho de 2017 e julho de 2025, a Comissão e as autoridades nacionais da concorrência da UE concluíram cerca de 110 investigações no setor agrícola. Estas investigações ajudaram a resolver as preocupações na cadeia de abastecimento agroalimentar, impediram práticas anticoncorrenciais e, se necessário, obrigaram as empresas a alterar o seu comportamento ou a pagar coimas. Os agricultores foram a maior fonte de investigações ao apresentarem denúncias às autoridades da concorrência. Foram apresentadas outras queixas por fabricantes e retalhistas.

A Comissão deve apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho, de sete em sete anos, um relatório sobre a aplicação das regras de concorrência no setor agrícola, em conformidade com o Regulamento OCM.

Mais informações estão disponíveis [aqui](#).



Os eurodeputados reforçam o mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço da UE (CBAM) e colmatam lacunas

A Comissão do Ambiente, do Clima e da Segurança Alimentar do Parlamento Europeu aprovou a sua posição sobre as alterações propostas ao CBAM por 56 votos a favor, 11 contra e 12 abstenções.

Os eurodeputados concordam com a proposta da Comissão de alargar o âmbito de aplicação do CBAM para além dos materiais de base, abrangendo uma longa lista de produtos a jusante — produtos acabados de aço e alumínio, tais como elementos de fixação, fios, molas e artigos domésticos —, mas insistem em que tal deve basear-se em metodologias transparentes e quantitativas. Acrescentaram ainda uma isenção para os fluxos de eletricidade provenientes de países terceiros utilizados pelos operadores de rede para manter a estabilidade das redes.

Está previsto que o Parlamento aprove o seu mandato para as negociações com os Estados-Membros da UE sobre a forma final do projeto de lei durante a sessão plenária de setembro.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre a posição aprovada pela Comissão ENVI do Parlamento Europeu.



Ajuda da UE à Espanha, à Roménia e a Chipre para fazer face às recentes catástrofes naturais

Na passada terça-feira, a sessão plenária do Parlamento Europeu [votou](#) a favor da atribuição de 144,1 milhões de euros de fundos da UE para apoiar Espanha, a Roménia e Chipre, na sequência dos devastadores incêndios florestais, inundações e ondas de calor ocorridos em 2025.

Por 642 votos a favor, 13 contra e uma abstenção, os eurodeputados aprovaram a proposta de mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE), a distribuir da seguinte forma: Espanha, 120,55 milhões de euros; Roménia, 14,34 milhões de euros; e, Chipre, 9,21 milhões de euros.

A Espanha e Chipre já receberam adiantamentos (30 milhões de euros e 2,3 milhões de euros, respetivamente) para apoiar os seus esforços iniciais de recuperação. O apoio da UE ajudará a financiar medidas de resposta de emergência, incluindo a restauração de infraestruturas e serviços públicos essenciais, a limpeza das áreas afetadas pela catástrofe e a disponibilização de alojamento temporário, serviços de salvamento e outras medidas urgentes de recuperação.

A Espanha enfrentou uma seca prolongada, ondas de calor intensas e vários surtos de incêndios florestais de grande dimensão ao longo do ano, tendo os incêndios mais destrutivos começado em agosto de 2025, o que obrigou a evacuações em massa e resultou na perda de oito vidas. A Roménia sofreu inundações graves em maio e junho de 2025, na sequência de dias de chuvas intensas. Várias regiões sofreram danos extensos. Na mina de sal de Praid, as águas das inundações comprometeram infraestruturas críticas e provocaram cortes de energia generalizados. No Chipre, dois grandes incêndios florestais em julho de 2025 afetaram principalmente as regiões de Limassol e Paphos, deslocando milhares de residentes, causando duas mortes e destruindo quase 900 propriedades privadas, ao mesmo tempo que perturbaram os serviços de educação e de saúde.

Mecanismo de Recuperação e Resiliência: Conselho dá luz verde a novo plano para a Hungria

O Conselho aprovou um novo plano de recuperação e resiliência (PRR) para a Hungria. O novo plano deverá permitir o desembolso de 10 mil milhões de euros à Hungria, dos quais cerca de 6,5 mil milhões de euros em subvenções e cerca de 3,5 mil milhões de euros em empréstimos.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre a decisão do Conselho.

Semestre Europeu de 2026: Conselho adota recomendações específicas por país

O Conselho [adotou](#) as suas recomendações sobre as políticas económicas, sociais, de emprego, estruturais e orçamentais de cada Estado-Membro, no âmbito do processo do Semestre Europeu de 2026.

Este ano, as recomendações específicas por país (CSRs) colocam especial ênfase na competitividade, na segurança energética, na segurança económica, na prontidão de defesa e na equidade social.



Setor cultural da UE em 2025: 8,9 milhões de pessoas empregadas

Em 2025, o setor cultural da UE empregava 8,9 milhões de pessoas, ou seja, 4,3 % do emprego total. Quase metade das pessoas empregadas na cultura (48,5%) tinham idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos. A divisão entre os sexos foi amplamente uniforme, com as mulheres a representarem 49,6% e os homens 50,4%.

A mão-de-obra cultural tinha, em média, um nível de habilitações mais elevado do que a mão-de-obra total. De todas as pessoas empregadas na cultura, apenas 6,7% tinham até o ensino secundário inferior; 31,3 % tinham o ensino secundário superior e o ensino pós-secundário não superior; e a maioria (61,9 %) tinha ensino superior.

Em 17 dos 27 países da UE, o emprego no setor cultural situava-se entre 4 % e 5 % do emprego total. As percentagens mais elevadas de pessoas empregadas na cultura registaram-se nos Países Baixos (5,7 %), na Estónia (5,3 %) e em Malta (5,1 %). Em contrapartida, as percentagens mais baixas registaram-se na Roménia (1,8 %), na Eslováquia (3,3 %) e na Irlanda (3,4 %).

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes desta informação estatística publicada pelo Eurostat.



Defesa e Segurança

Croácia recebe primeiro pagamento de 255 milhões de euros ao abrigo do instrumento de defesa SAFE

A Croácia recebeu o seu primeiro pagamento de 255 milhões de euros ao abrigo do instrumento de defesa «Ação de Segurança para a Europa» (SAFE), o que representa 15 % da sua dotação total de 1,7 mil milhões de euros.

O SAFE é um instrumento financeiro no valor de 150 mil milhões de euros que concede empréstimos aos Estados-Membros. Financia principalmente a aquisição conjunta de munições, mísseis, defesa aérea e sistemas de combate terrestre produzidos na UE. Faz parte do [plano ReArm Europe/Readiness 2030](#) da Comissão Europeia, que visa desbloquear mais de 800 mil milhões de euros de investimento na defesa em toda a União Europeia.

O pré-financiamento permitirá à Croácia acelerar os principais projetos de defesa, reforçar a sua resiliência e melhorar as suas capacidades militares em apoio dos objetivos europeus comuns. O SAFE destina-se a facilitar respostas rápidas e coordenadas, reforçar a interoperabilidade entre as forças armadas europeias e reforçar a base industrial de defesa da Europa através de iniciativas de contratação pública conjunta e de uma colaboração transfronteiriça mais forte.

Andrius Kubilius, comissário da Defesa e Espaço, declarou: «A Croácia tem demonstrado sistematicamente o seu empenho na segurança europeia, e este pré-financiamento ajudará a transformar esse compromisso em capacidades mais fortes no terreno. Ao acelerar os principais investimentos no domínio da defesa, a Croácia reforçará a sua resiliência, modernizará as suas forças armadas, reforçará as suas capacidades de defesa na região do Mediterrâneo e reforçará o seu contributo para a nossa defesa coletiva. Cada Estado-Membro que investe na sua própria segurança também torna a Europa mais forte. O SAFE visa permitir que países como a Croácia avancem mais rapidamente, invistam em conjunto e desenvolvam as capacidades de que a Europa necessita para dissuadir ameaças e proteger os seus cidadãos.»

Este pagamento de pré-financiamento segue-se à conclusão de todas as etapas processuais necessárias e reflete o compromisso da UE de prestar apoio prático e atempado através do SAFE. Seguir-se-ão outros pagamentos, à medida que os marcos acordados e a execução forem cumpridos.

O instrumento SAFE é financiado por empréstimos contraídos pela UE nos mercados financeiros. Tal permite empréstimos de longa duração a preços competitivos e estruturados de forma atrativa aos Estados-Membros requerentes. Os termos dos empréstimos SAFE beneficiam da forte notação de crédito da UE. Todos os empréstimos SAFE serão reembolsados pelos Estados-Membros beneficiários.



Diplomacia e solidariedade externa da UE

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: alarme devido a um défice de investimento de 4 biliões de dólares

Os eurodeputados aprovaram o seu relatório sobre a implementação e concretização dos ODS, na antecipação do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se em julho de 2026.

Na passada terça-feira, o Parlamento Europeu aprovou, por 374 votos a favor, 185 contra e 74 abstenções, um relatório que constituirá a base da posição do Parlamento Europeu para o Fórum Político de Alto Nível da ONU, a realizar-se em Nova Iorque de 7 a 15 de julho, evento ao qual uma delegação de eurodeputados irá participar na próxima semana.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre o relatório aprovado.

Ajuda humanitária: a UE deve condenar as violações do direito internacional humanitário

Os eurodeputados [aprovaram](#) a resolução sobre a comunicação conjunta relativa à ajuda humanitária por votação à mão levantada. A resolução da sessão plenária surge na sequência da publicação, a 27 de maio de 2026, pela Comissão Europeia e pela Alta Representante

da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, de uma comunicação conjunta intitulada «Defender valores, impulsionar reformas, gerar impacto: a ação humanitária da UE numa ordem mundial em mutação».



Economia, Comércio e Concorrência

Parlamento Europeu apoia parceria UE-México modernizada e comércio facilitado

Os eurodeputados deram luz verde a dois acordos que abrem caminho a laços políticos mais estreitos e ao alargamento do comércio entre a UE e o México.

O acordo global modernizado UE-México votado na passada quarta-feira vai substituir o quadro atual, em vigor desde 2000, que promove novas oportunidades para as empresas, o desenvolvimento sustentável e a luta contra a corrupção. Os deputados aprovaram o acordo global modernizado por 479 votos a favor, 119 votos contra e 65 abstenções.

O acordo comercial provisório, aprovado por 437 votos a favor, 131 contra e 60 abstenções, abrange as partes comerciais do acordo global que são da competência exclusiva da UE (como os direitos aduaneiros, a proteção das inovações e dos produtos tradicionais da UE e o acesso aos concursos públicos mexicanos). Permitirá que as disposições do acordo comercial atualizado sejam aplicadas mais cedo, sem esperar que todos os Estados-Membros da UE o ratifiquem. O acordo comercial provisório expirará e será substituído pelo acordo global assim que entrar plenamente em vigor.

Agora que o Parlamento deu a sua aprovação, o Conselho poderá celebrar formalmente o acordo global modernizado. Este terá de ser ratificado por todos os Estados-Membros da UE e pelo México antes de entrar plenamente em vigor. O Conselho poderá igualmente celebrar o acordo provisório, que entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês depois da data em que a UE e o México se notificarem reciprocamente da conclusão dos respetivos procedimentos internos.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

O volume do comércio a retalho aumenta 0,2% na área do euro e 0,5% na UE

Em maio de 2026, em comparação com abril de 2026, o volume do comércio a retalho corrigido de sazonalidade aumenta 0,2 % na área do euro e 0,5 % na UE, de acordo com as [primeiras estimativas do Eurostat](#), o Serviço de Estatística da União Europeia. Em abril de 2026, o volume do comércio a retalho diminuiu 0,3 % na área do euro e 0,6 % na . da UE.

Em maio de 2026, em comparação com maio de 2025, o índice de vendas a retalho ajustado pelo calendário aumentou 1,6 % na área do euro e 1,9 % na . da UE.

Na área do euro em maio de 2026, em comparação com abril de 2026, o volume do comércio a retalho registou: aumento de 0,6% para alimentos, bebidas e tabaco, aumento de 0,1 % para os produtos não alimentares (exceto o combustível para automóveis) e 0,5% no caso do combustível para automóveis em lojas especializadas.

Na UE , o volume do comércio a retalho registou aumento de 0,6% para alimentos, bebidas e tabaco, aumento de 0,5 % para os produtos não alimentares (exceto o combustível para automóveis) e diminuição 0,4 % no caso do combustível para automóveis em lojas especializadas.

Entre os Estados-Membros para os quais existem dados disponíveis, os maiores aumentos mensais do volume total do comércio a retalho registaram-se em Chipre (+3,7 %), no Luxemburgo (+3,6 %) e na Polónia (+2,4 %). As maiores descidas foram observadas na Estónia (-2,2 %), na Croácia (-2,0 %), na Bélgica e na Lituânia (ambos -0,7 %).

A Comissão procura obter informações sobre os compromissos propostos pela Sanofi relativamente a um eventual comportamento anticoncorrencial no que diz respeito à promoção de uma vacina contra a gripe para os doentes vulneráveis

A Comissão Europeia convida a apresentar observações sobre os compromissos propostos pela Sanofi para dar resposta às preocupações em matéria de concorrência no que diz respeito a uma campanha de comunicação que possivelmente desacreditou a única vacina rival contra a gripe recomendada para doentes vulneráveis com fatores de risco.

Em [26 de junho de 2026](#), a Comissão deu início a um procedimento formal de investigação e, paralelamente, adotou uma apreciação preliminar que resume os principais factos do processo e identifica as suas preocupações preliminares em matéria de concorrência.

A Comissão concluiu que a Sanofi pode ter uma posição dominante no mercado das vacinas contra a gripe melhoradas na Alemanha e em França. Além disso, a Comissão tem indicações de que, desde 2024, a Sanofi pode ter levado a cabo uma campanha de comunicação enganosa destinada aos profissionais de saúde. Ao fazê-lo, a Sanofi pode ter restringido a concorrência no mercado das vacinas contra a gripe melhoradas na Alemanha e em França, em violação do artigo 102.o do Tratado sobre o Funcionamento da UE. Na UE, a vacina da Sanofi é comercializada sob a marca «Efluelda» e concorre com outra vacina contra a gripe melhorada comercializada pela empresa CSL Seqirus sob a marca «Fluad».

Para dar resposta às preocupações preliminares da Comissão, a Sanofi propôs compromissos relativos à comunicação proativa, nomeadamente a publicação de uma declaração no seu sítio Web alemão que reconhece a avaliação do ECDC e da NITAG alemã, a publicação de uma declaração no seu sítio Web francês que esclarece que a atual recomendação da NITAG francesa trata a Flud e a Efludela como equivalentes e a inclusão de uma citação proeminente da atual recomendação da NITAG alemã no material promocional e de comercialização alemão para vacinas contra a gripe melhoradas.

Além disso, a Sanofi propôs novos compromissos nas suas comunicações com os profissionais de saúde sobre vacinas contra a gripe melhoradas, tanto na Alemanha como em França.

A Comissão convida todas as partes interessadas a apresentarem os seus pontos de vista sobre os compromissos propostos pela Sanofi até 21 de agosto de 2026.

Mais informação no [comunicado de imprensa](#).

Relatório anual da Comissão sobre a fiscalidade revela uma mudança na combinação de impostos da UE

O [relatório anual da Comissão sobre a fiscalidade](#), agora publicado, apresenta uma panorâmica pormenorizada das políticas fiscais em todos os Estados-Membros, avalia as tendências recentes dos sistemas fiscais da UE e identifica formas de reforçar o cumprimento.

O relatório mostra que, ao longo da última década, a combinação de impostos se deslocou gradualmente dos impostos baseados no consumo- para os impostos baseados no capital-, enquanto a percentagem de impostos sobre o trabalho aumentou entre os países que prosseguem a consolidação orçamental. Analisando tipos de impostos específicos, o imposto sobre o rendimento das sociedades e o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares ganharam peso na combinação de impostos, enquanto os impostos ambientais e sobre a propriedade diminuíram. Além disso, os Estados-Membros comunicaram um total de 399 reformas fiscais para 2025.

O relatório mostra que o rácio imposto/PIB global da UE aumentou para 39,4 % em 2024, um ligeiro aumento em relação à queda registada em 2023, com 22 Estados-Membros a registar um aumento do rácio. Mostra igualmente que os impostos sobre o trabalho – incluindo as contribuições sociais – continuam a ser a principal fonte de receitas, representando 51,5% do total das receitas fiscais, seguidos dos impostos sobre o consumo (26,8%) e dos impostos sobre o capital (21,6%).

O instrumento de assistência técnica (IAT) apoiou os esforços dos Estados-Membros para modernizar as administrações fiscais e melhorar o cumprimento, com 22 % dos projetos IAT centrados na melhoria do cumprimento das obrigações fiscais e 21 % na digitalização da administração das receitas, segundo o relatório.

Numa altura em que a Europa precisa de canalizar recursos para novas prioridades estratégicas, como a competitividade e a segurança, o relatório salienta que a política fiscal continua a ser fundamental para a agenda económica e política da UE. Sistemas fiscais bem concebidos podem apoiar o emprego, orientar o investimento, promover a inovação e contribuir para uma sociedade mais justa e sustentável.

O relatório completo e todos os seus pormenores estão disponíveis [aqui](#).



Educação

Parlamento quer reforçar a literacia mediática e a aprendizagem digital na UE

Os eurodeputados pedem melhor coordenação ao nível da UE para proteger os cidadãos e as democracias no ambiente digital, em virtude da natureza global e transfronteiriça deste meio.

Numa resolução [aprovada](#) na passada terça-feira, com 447 votos a favor, 128 contra e 78 abstenções, os membros do Parlamento Europeu afirmam que a literacia mediática e a aprendizagem digital são competências básicas para todos os cidadãos e devem, por conseguinte, ser promovidas ao longo de todo o percurso educativo e no local de trabalho, numa estratégia abrangente de aprendizagem ao longo da vida e que inclua toda a sociedade.

Novo inquérito conclui que os europeus acreditam que o ensino e a formação profissionais conduzem a bons empregos e salários

Numa era de ambientes de trabalho em rápida mutação, os europeus encaram o ensino e a formação profissionais (EFP) como uma via rápida para oportunidades de emprego atrativas e bem remuneradas. Um [inquérito Eurobarómetro especial](#) revela que 85 % dos europeus concordam que o EFP proporciona competências técnicas relevantes para o emprego. A maioria dos inquiridos também acredita que o EFP conduz a oportunidades de emprego reais (82 %) que são bem remuneradas (66 %). Mais da metade diz que a principal razão pela qual as pessoas escolhem o EFP é começar a trabalhar e ganhar dinheiro mais cedo.

O EFP combina a aprendizagem prática e teórica para dotar os aprendentes das competências e qualificações práticas necessárias no mercado de trabalho. O inquérito mostra que 73 % dos europeus consideram que o [EFP oferece uma aprendizagem de elevada qualidade](#), ministrada por professores competentes (79 %) e apoiada por infraestruturas modernas (78 %). As oportunidades de progressão para o ensino superior (67%) e os programas de estudo no estrangeiro (64%) reforçam ainda mais o apelo do EFP.

Os europeus escolhem o EFP influenciados por fatores como as oportunidades de emprego e os rendimentos potenciais (53 %), o aconselhamento familiar (35 %) e o aconselhamento de professores ou conselheiros (28 %).

No entanto, de acordo com os inquiridos, o EFP não pode compensar as competências gerais normalmente adquiridas na escola. Metade dos inquiridos considera que os programas de EFP são insuficientes no ensino de competências básicas, como a literacia e a literacia digital, ou de competências transversais, como a comunicação e o pensamento crítico. Os estereótipos de género também restringem o potencial do EFP, uma vez que 71 % concordam que as mulheres são frequentemente incentivadas a escolher o ensino geral em detrimento das disciplinas técnicas.

Estas conclusões sublinham a pertinência da [Recomendação do Conselho de 2020 sobre o EFP](#). Um novo [relatório agora publicado destaca](#) o papel do EFP na luta contra a escassez de mão de obra e as lacunas de competências, bem como as medidas aplicadas pelos Estados-Membros. Mostra que a UE cumpriu dois objetivos fundamentais: 66 % dos recém-diplomados do EFP adquiriram aprendizagem em contexto laboral (superior ao objetivo de 60 %), enquanto 80,2 % dos diplomados do EFP estão empregados (perto do objetivo de 82 %). A fim de explorar plenamente o potencial do EFP e satisfazer a procura crescente de trabalhadores formados em EFP, o relatório apela ao alargamento da formação de professores, ao aprofundamento da colaboração empresarial, ao aumento da mobilidade para fins de aprendizagem para os aprendentes do EFP e à resolução das lacunas de competências nos domínios da ciência, tecnologia, engenharia e matemática, bem como das competências básicas.

Roxana Mînzatu, vice-presidente executiva responsável pelos Direitos Sociais e Competências, Empregos de Qualidade e Preparação, congratula-se com as conclusões: «*Este inquérito confirma o que sabemos há muito tempo: O EFP funciona. Os europeus encaram-no como uma via para empregos bem remunerados e carreiras preparadas para o futuro - e os dados apoiam-nos, com fortes resultados em termos de emprego para os diplomados do EFP. A nossa futura estratégia de EFP basear-se-á nestas bases para impulsionar a competitividade da Europa e abrir as portas aos alunos em todo o continente.*»



Emprego e Demografia

Comissão Europeia e OIT definem agenda estratégica renovada para a justiça social, empregos de qualidade e um futuro do trabalho centrado no ser humano

A Comissão Europeia e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) chegaram a acordo quanto ao reforço da sua cooperação, com o objetivo de garantir que grandes transições globais — como a transição para tecnologias digitais e limpas — conduzam a mais e melhores empregos, a instituições do mercado de trabalho mais fortes e a uma maior coesão social. Esta foi a principal conclusão da 17.ª reunião de alto nível que teve lugar esta semana em Bruxelas.

Copresidida por Roxana Mînzatu, Vice-Presidente Executiva da Comissão responsável pelos Direitos Sociais, Competências, Empregos de Qualidade e Preparação, e por Gilbert F. Hounbo, Diretor-geral da OIT, a Comissão e a OIT reafirmaram o seu empenho comum no multilateralismo, nas normas laborais internacionais e no trabalho digno, e identificaram um conjunto de prioridades estratégicas para orientar a próxima fase da sua parceria. Salientaram que a governação da Inteligência Artificial (IA) no mundo do trabalho deve centrar-se no ser humano e apoiar a preservação e a criação de empregos dignos. Na reunião foi igualmente sublinhada a contínua importância da parceria UE-OIT para enfrentar os desafios do mercado de trabalho mundial.

A Vice-Presidente Executiva Mînzatu declarou o seguinte: «*Num contexto multilateral difícil, a parceria UE-OIT é mais importante do que nunca. A justiça social, o trabalho digno e os direitos fundamentais no trabalho são a base de sociedades resilientes e competitivas. Toda a mudança, seja na IA ou nas cadeias de abastecimento mundiais, tem de ser benéfica para as pessoas. Esta é a escolha que temos de fazer e a Europa defenderá um modelo em que a competitividade seja indissociável da equidade e da dignidade no trabalho.*»

Estão disponíveis [aqui](#) mais informações sobre a cooperação renovada da Comissão com a OIT.



Energia

Comissão Europeia debate interligações energéticas para o Sudoeste da Europa com Portugal, Espanha e França

O [Grupo de Alto Nível do Sudoeste da Europa sobre interconexões reuniu-se](#) pela primeira vez a nível ministerial em Paris, juntando os ministros da Energia de França, Espanha e Portugal com a Comissão Europeia representada por Dan Jørgensen, Comissário Europeu responsável pela pasta da Energia e Habitação, com o objetivo de impulsionar as ligações energéticas essenciais na região.

A reunião evidencia os esforços da Comissão Europeia para dinamizar os principais projetos de infraestruturas energéticas na União, em especial os que foram designados Autoestradas da Energia pela sua importância estratégica e elevado contributo para a segurança energética, a competitividade e a descarbonização da Europa.

Em debate estiveram as interligações elétricas transpirenaicas entre França, Espanha e Portugal, bem como a cooperação regional sobre a energia de fontes renováveis ao largo e o desenvolvimento de um corredor de hidrogénio no sudoeste da Europa.

O trabalho com os Estados-Membros e os promotores de projetos continuará em projetos concretos, especialmente o projeto Navarra-Landes que a UE já apoiou com 11 milhões de euros do Mecanismo Interligar a Europa.

O Comissário Europeu responsável pela pasta da Energia e Habitação, Dan Jørgensen, referiu a este propósito: «*Mais interligações tornam a Europa mais forte, mais competitiva e mais resiliente porque possibilitam reforçar a segurança energética e reduzir os preços da energia, tanto para os consumidores como para as empresas e famílias. É, portanto, fundamental avançar com as interligações elétricas através dos Pirenéus de forma a melhorar a integração da Península Ibérica no sistema europeu. O diálogo nesta reunião decorreu a bom ritmo e vamos continuar a trabalhar.*»

A utilização de energia para arrefecimento nos agregados familiares da UE duplicou em 6 anos

À medida que os dias ficam mais quentes, o ar condicionado desempenha um papel maior na forma como as pessoas lidam com o calor. Nos [agregados familiares](#) da UE, o consumo [de](#) energia para arrefecimento aumentou de forma constante, atingindo 80,4 mil [terajoules](#) (TJ) em 2024.

Em 2018, os agregados familiares da UE utilizaram 40,5 mil TJ para arrefecimento ambiente, o que significa que, até 2024, o consumo total de energia final duplicou. Entre 2018 e 2024, o consumo aumentou todos os anos, com exceção de 2023 (-1,9 %) e 2020 (-2,5 %), que registaram diminuições em comparação com os anos anteriores.

Entre os países da UE, a Itália, a Espanha e a Grécia registaram a maior utilização total de energia para arrefecimento de espaços, com 26,3 mil TJ, 14,3 mil TJ e 11,9 mil TJ, respetivamente.

No entanto, Chipre e Malta têm, de longe, as percentagens mais elevadas de energia utilizada para o arrefecimento de espaços no consumo final das famílias, com 16,0 % e 15,0 %. Na Grécia, 7,4 % do consumo de energia das famílias destinava-se ao arrefecimento, enquanto em Espanha e Itália as percentagens foram inferiores, situando-se em 2,5 % e 2,3 %.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre esta informação estatística publicada pelo Eurostat.



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

Comissão Europeia adota pacote de procedimentos de infração com casos relativos a Portugal

A Comissão Europeia mantém um diálogo constante com os Estados-Membros para assegurar o cumprimento do direito da UE, a fim de ajudar os cidadãos e as empresas a beneficiarem plenamente da legislação da União Europeia. Pode também dar início a procedimentos de infração contra os Estados-Membros em caso de incumprimento. As decisões tomadas, no âmbito deste [pacote de procedimentos de infração de julho](#), incluem 63 cartas de notificação para cumprir e 45 pareceres fundamentados.

A Comissão decidiu igualmente instaurar 12 processos no Tribunal de Justiça da União Europeia. Por último, a Comissão decidiu encerrar 48 processos em que os Estados-Membros em causa, em cooperação com a Comissão, puseram termo às infrações e garantiram o cumprimento do direito da UE.

No que respeita a Portugal, a Comissão adotou os seguintes procedimentos de infração: Ambiente: A Comissão insta 12 Estados-Membros, incluindo Portugal, a cumprirem as metas de reciclagem de resíduos; Pescas e assuntos marítimos: A Comissão insta Itália e Portugal a cumprirem as obrigações em matéria de controlo das pescas; Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME: A Comissão insta os Estados-Membros, incluindo Portugal, a notificarem a transposição da diretiva relativa à redução dos requisitos de comunicação de informações para os operadores económicos; e, Emprego e direitos sociais: A Comissão insta a Chéquia, a Estónia, a Irlanda, a Grécia, a Hungria, os Países Baixos, Portugal e a Finlândia a cumprirem as regras da UE em matéria de condições de trabalho transparentes e previsíveis; A Comissão insta a Grécia e Portugal a alinharem-se pelas regras da UE relativas ao reconhecimento das qualificações profissionais de enfermeiros formados noutro Estado-Membro.

Todas as decisões e respetivos comunicados de imprensa estão [disponíveis nesta página](#). Para mais informações sobre os procedimentos de infração da UE, consulte as [Perguntas Frequentes](#).

Comissão regista Iniciativa de Cidadania Europeia que apela ao rendimento básico incondicional

A Comissão Europeia registou uma iniciativa de cidadania europeia intitulada «**Introdução do rendimento básico incondicional em toda a UE**».

Os organizadores da iniciativa consideram que «*com a rápida evolução da inteligência artificial e da robótica, existe uma necessidade urgente de dissociar os nossos meios de subsistência da capacidade de vender a nossa força de trabalho, uma vez que, em breve, teremos uma situação em que não haverá empregos suficientes para nós*». Por conseguinte, os organizadores solicitam «*à Comissão Europeia que tome todas as medidas necessárias e jurídicas que possam ajudar na introdução da cidadania pelo investimento nos Estados-Membros da UE e que emita uma recomendação aos Estados-Membros para que trabalhem na introdução da cidadania pelo investimento*». Por conseguinte, os organizadores solicitam «*à Comissão Europeia que tome todas as medidas necessárias e jurídicas que*

possam ajudar na introdução da cidadania pelo investimento nos Estados-Membros da UE e que emita uma recomendação aos Estados-Membros para que trabalhem na introdução da cidadania pelo investimento».

Uma vez que esta iniciativa preenche as condições formais estabelecidas na legislação pertinente, a Comissão considera-a legalmente admissível ao abrigo do [Regulamento Iniciativa de Cidadania Europeia](#). A Comissão não analisou o conteúdo das propostas nesta fase. O registo não influencia a decisão final da Comissão quanto ao seu mérito, nem qualquer ação potencial que esta possa tomar. A Comissão só tomará uma decisão sobre a iniciativa se esta cumprir os critérios pertinentes, incluindo a recolha de, pelo menos, um milhão de assinaturas válidas de cidadãos da UE.

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#).

O Parlamento Europeu solicita que se verifique se o partido ESN respeita os valores da UE

Em resposta à carta da autoridade competente, na qual se manifestavam dúvidas quanto ao cumprimento dos valores da UE por parte da ESN, os eurodeputados votaram a favor do início do procedimento de verificação.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

A Sérvia e o alargamento: os eurodeputados esperam um compromisso concreto com os valores da UE

O governo da Sérvia continua a afirmar que a adesão à UE é o seu objetivo estratégico, mas os eurodeputados alertam que isso muitas vezes não se reflete nas suas ações.

O progresso no sentido da adesão à UE implica não só a adoção de reformas, mas também a sua aplicação rigorosa e integral, alertam os eurodeputados num relatório sobre a Sérvia aprovado na quarta-feira por 468 votos a favor, 116 contra e 79 abstenções. Existe um fosso persistente entre o alinhamento legislativo da Sérvia com as normas da UE e a aplicação efetiva das reformas, o que continua a comprometer o progresso do país, afirma o relatório.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

Violações dos direitos humanos no Sudão, na Nigéria e no Paquistão

Na passada quinta-feira, o Parlamento aprovou três resoluções sobre a situação dos direitos humanos no Sudão, na Nigéria e no Paquistão.

Pode encontrar mais informação [aqui](#) sobre as três resoluções adotadas.

Hungria adere à Procuradoria Europeia, reforçando ainda mais a proteção dos fundos da UE

A Comissão Europeia [adotou](#) uma decisão que confirma a participação da Hungria na [Procuradoria Europeia](#), na sequência do pedido da Hungria para aderir à Procuradoria Europeia em maio de 2026. Com esta decisão, a Hungria será agora o 25.º Estado-Membro a aderir à Procuradoria Europeia, refletindo o seu compromisso renovado de restabelecer o Estado de direito no país. A Procuradoria Europeia terá agora uma presença permanente na Hungria para proteger os fundos da UE contra a criminalidade financeira.

A Procuradoria Europeia é responsável pela investigação e repressão de crimes financeiros que envolvam o orçamento da UE. Contribui significativamente para uma maior proteção do orçamento da União.

A presidente Ursula von der Leyen declarou: «Hoje traz boas notícias para a Hungria. Trata-se de um passo positivo na luta contra a fraude e a corrupção. O povo da Hungria disporá agora de uma salvaguarda para garantir que os fundos da UE funcionem no seu interesse. Hungria, bem-vinda à Procuradoria Europeia.»

Esta decisão tem implicações importantes, uma vez que o Regulamento que institui a Procuradoria Europeia deixará de ser um ato no âmbito da cooperação reforçada e passará a fazer parte integrante do acervo da UE. Tal significa que quaisquer novos membros que adiram à União Europeia no futuro serão obrigados a aderir à Procuradoria Europeia.



Habitação

Vendas de casas aumentaram na maioria dos países da UE em 2025

Em 2025, as vendas de casas na [UE](#) aumentaram na maioria dos países para os quais existem dados disponíveis, em comparação com 2024.

O número de habitações transacionadas diminuiu em três dos 18 países da UE abrangidos pelos dados disponíveis. Observaram-se diminuições na Croácia (-4,1 %), na Bulgária (-2,5 %) e na Polónia (-1,1 %). Os maiores aumentos registaram-se na Eslovénia (+29,9 %), na Lituânia (+22,8 %) e na Áustria (+21,4 %).

Em 2024, em comparação com 2023, o número de habitações transacionadas diminuiu em 6 países e aumentou em 12 países.

As maiores diminuições do número de operações em 2024 registaram-se na Eslovénia (-17,7 %), na Croácia (-13,9 %) e em França (-9,4 %). Os maiores aumentos registaram-se no Luxemburgo (+47,1 %), na Hungria (+34,8 %) e nos Países Baixos (+17,0 %).

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes desta informação estatística publicada pelo Eurostat.

Estudo: Especulação imobiliária na UE: senhorios empresariais, fundos imobiliários, comportamentos especulativos abusivos e impactos nos preços e nas transações

Este estudo analisa a crescente financeirização da habitação na UE, centrando-se no papel dos investidores institucionais e dos senhorios empresariais nos mercados de arrendamento. Identifica duas formas de especulação: modelos de negócio orientados para a valorização, centrados na valorização dos ativos, e práticas dos senhorios que prejudicam os direitos dos inquilinos e a segurança habitacional.

Embora o Plano Europeu para a Habitação Acessível da Comissão reconheça estes desafios, o estudo defende que são necessárias mais medidas e uma coordenação a nível da UE para combater a financeirização da habitação e apoiar modelos habitacionais alternativos e não financeirizados que garantam a acessibilidade.

Este documento foi elaborado a pedido da Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre a Crise da Habitação na União Europeia (HOUS).

Pode encontrar [aqui](#) mais informação e aceder à versão integral do estudo.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social e Migrações

Novo regime de sanções da UE para combater a introdução clandestina de migrantes, o tráfico de seres humanos e outras formas de criminalidade organizada

A Comissão Europeia e a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança propuseram um novo regime de sanções da UE para combater a introdução clandestina de migrantes, o tráfico de seres humanos e outras formas graves de criminalidade organizada, incluindo o tráfico de armas de fogo e de drogas ilícitas, bem como o branqueamento de capitais.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, declarou a este respeito: «Apresentámos um novo regime de sanções que visa os passadores e os traficantes de migrantes. Todos temos um objetivo comum: afastá-los definitivamente destas atividades e salvar milhares de pessoas que sonham com uma vida melhor. Na Europa, devemos ser nós, os europeus, a decidir quem chega e em que circunstâncias o faz.»

A criminalidade organizada desestabiliza as sociedades, compromete o Estado de direito e a democracia e enfraquece a estabilidade económica e a segurança.

A iniciativa foi anunciada pela Presidente Ursula von der Leyen no [discurso sobre o estado da União de 2025](#) e visa dismantlar o modelo de negócio dos passadores, restringir os seus movimentos e eliminar as fontes dos seus lucros.

As propostas apresentadas visam atividades ilícitas com origem fora da União relacionadas com a introdução clandestina de migrantes, o tráfico de seres humanos, o tráfico de drogas ilícitas e outras atividades relacionadas com o mesmo, o fabrico e o tráfico ilícitos de armas de fogo e o branqueamento de capitais, bem como pessoas e entidades específicas envolvidas nessas atividades.

As medidas restritivas propostas são as seguintes: congelamento de ativos e proibição de disponibilização de fundos ou outros recursos económicos às pessoas ou entidades sancionadas, bem como a proibição de viajar que visa impedir a entrada das pessoas sancionadas ou o seu trânsito nos Estados-Membros da UE.

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#) e o [documento de perguntas e respostas](#).



Indústria

50 anos após a catástrofe química de Seveso, a UE continua a trabalhar na prevenção de incidentes industriais

Em 10 de julho de 1976, um grave acidente industrial em Seveso, Itália, levou a que milhares de pessoas e vastas zonas fossem expostas a uma nuvem de dioxinas tóxicas – um poluente ambiental persistente. Na sequência deste incidente, a UE tomou medidas decisivas para prevenir e controlar esses acidentes através da adoção da [Diretiva Seveso](#), que entrou em vigor em 1982. Esta legislação inovadora conduziu a uma [redução significativa do risco de acidentes graves na UE, reduzindo os](#) danos causados às pessoas, à propriedade e à natureza, e inspirou leis e normas de segurança semelhantes em todo o mundo.

Atualmente, a Diretiva Seveso continua a ser a espinha dorsal do quadro de segurança industrial da UE, proporcionando avaliações de risco mais rigorosas, um ordenamento do território mais seguro, uma gestão mais forte da segurança e uma melhor preparação para situações de emergência. Abrange cerca de 11 000 instalações industriais em toda a UE, tais como instalações químicas e petroquímicas,

bem como refinarias de petróleo. Concretamente, as empresas devem prevenir acidentes graves e limitar as suas consequências, enquanto as autoridades asseguram a supervisão e a segurança pública.

Apesar destas tendências positivas, os riscos persistem. Catástrofes recentes – como o incêndio de Lubrizol em Rouen (França) em 2019 e a explosão de fábricas químicas em Leverkusen (Alemanha) em 2021 – salientam a necessidade de uma ação contínua, de uma supervisão constante e de medidas de segurança sólidas. A Comissão continuará a trabalhar com os Estados-Membros, a indústria, os serviços de emergência e a sociedade civil para assegurar que o quadro Seveso continua a ser adequado à sua finalidade num contexto industrial, ambiental e de segurança em rápida evolução. A [estratégia de preparação](#) mais ampla da UE reforça esta abordagem, promovendo uma avaliação abrangente dos riscos em todos os setores, a fim de melhorar a prevenção, a preparação e a resposta a situações de crise.

Jessika Roswall, comissária responsável pelo Ambiente, Resiliência Hídrica e Economia Circular Competitiva, declarou: «*Cinquenta anos após Seveso, a lição continua clara: A prevenção salva vidas. A Directiva Seveso ajudou a tornar a Europa um dos locais mais seguros do mundo para a atividade industrial, mas não podemos ser complacentes. À medida que os riscos climáticos se intensificam e as novas tecnologias proporcionam a transformação das nossas sociedades e economias, devemos continuar conscientemente alertas e antecipar as ameaças emergentes, manter-nos ágeis e reforçar a nossa preparação. A proteção das pessoas, das comunidades e do ambiente é indissociável da construção de uma indústria europeia resiliente e competitiva.*»

Pode encontrar [mais informações aqui](#).



Instituições & União Europeia

Os eurodeputados debatem as prioridades da Presidência irlandesa com o Taoiseach Micheál Martin

Na passada terça-feira na sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, Micheál Martin definiu as prioridades da Irlanda para os seis meses da sua Presidência do Conselho: reforçar a competitividade, os valores e a segurança da UE, sob o lema «força na unidade».

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

Eurogrupo: Reunião de 9 de julho de 2026

Pode aceder [aqui](#) à declaração do Eurogrupo sobre a orientação orçamental da zona do euro após a [reunião do Eurogrupo de 9 de julho de 2026](#).

31.º aniversário do genocídio de Srebrenica

Pode aceder [aqui](#) à declaração conjunta da Alta Representante/Vice-Presidente Kallas e da Comissária Kos por ocasião do 31.º aniversário do genocídio de Srebrenica.

Pacto de Estabilidade e Crescimento: Conselho dá início ao procedimento por défice excessivo contra a Bulgária

O Conselho [deu início](#) a um procedimento relativo ao défice excessivo (PDE) no que diz respeito à Bulgária. Adotou igualmente uma recomendação dirigida à Bulgária, na qual se definem a trajetória de despesas líquidas e o calendário que devem ser seguidos para pôr termo ao seu défice excessivo até 2029.



Investigação e inovação científica, ciência

Europa reforça o seu desempenho em matéria de inovação num contexto de concorrência global

O desempenho da Europa em matéria de inovação continua a melhorar, tendo a pontuação global da UE aumentado 11.6 pontos percentuais desde 2019, de acordo com o [Painel Europeu da Inovação de 2026](#), recentemente publicado pela Comissão Europeia. Este resultado assinala quase uma década de crescimento constante, salientando a resiliência do ecossistema de inovação da Europa num ambiente mundial cada vez mais competitivo.

Entre 2025 e 2026, o desempenho da UE em matéria de inovação melhorou 1.7 pontos percentuais, após um aumento mais modesto de 0.5 pontos percentuais no ano anterior. Embora todos os Estados-Membros da UE tenham registado progressos, o desempenho varia significativamente de país para país.

A Suécia, a Dinamarca e os Países Baixos voltaram a liderar a classificação, ultrapassando a média da UE e mantendo o seu estatuto de «líderes da inovação». A Finlândia permanece na quarta posição, de forma sólida e estável, enquanto Malta realizou progressos notáveis, ultrapassando o limiar para se tornar um «forte inovador» (atingindo 100 125 % da média da UE).

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#).



Juventude

Combater o abuso sexual de crianças em linha: apoio a uma derrogação mais limitada de privacidade e comunicações eletrónicas

O Parlamento aprovou alterações a uma isenção de privacidade que permite que os serviços de comunicações eletrónicas detetem voluntariamente o abuso sexual de crianças.

Na votação da passada quinta-feira, os membros do Parlamento Europeu adotaram alterações à posição do Conselho sobre uma derrogação às regras em matéria de privacidade eletrónica para efeitos de deteção de abusos sexuais de crianças em linha. Os eurodeputados querem excluir do âmbito de aplicação da lei as “comunicações às quais seja, tenha sido ou venha a ser aplicada a criptografia de ponta a ponta”.

Nesta fase do [processo](#) (segunda leitura do PE), era necessária uma maioria absoluta de deputados ao Parlamento Europeu – atualmente 360 – para rejeitar ou alterar a posição do Conselho. Numa votação inicial, uma maioria simples apoiou a rejeição da posição (314 votos a favor, 276 votos contra e 17 abstenções). Uma vez que não houve maioria a favor da rejeição da posição alterada do PE (276 a favor, 286 contra, 30 abstenções), a segunda leitura é encerrada.

A posição do PE (texto alterado) será agora enviada ao Conselho, que dispõe de três meses para aprovar ou rejeitar as alterações. Se o Conselho não aceitar todas as alterações, o Parlamento Europeu e o Conselho passam à fase de conciliação para chegar a acordo sobre a lei.

A posição do Conselho teria efetivamente trazido de volta uma derrogação caducada que permite aos prestadores detetar voluntariamente o abuso sexual de crianças e o aliciamento de crianças em comunicações privadas nos seus serviços, bem como remover e comunicar material pertinente.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre as próximas etapas.



Mar e Pescas

Normas idênticas para pescadores da UE e de países terceiros

Os eurodeputados da Comissão das Pescas aprovaram recomendações sobre normas ambientais, sociais e económicas, bem como sobre procedimentos administrativos mais simples, com vista a reforçar a resiliência do setor das pescas da UE.

Num relatório aprovado na passada quinta-feira pela Comissão das Pescas, por 21 votos a favor, 1 contra e 2 abstenções, os eurodeputados afirmam que os fatores socioeconómicos devem ter o mesmo peso que os critérios de sustentabilidade ambiental na implementação da política comum das pescas (PCP). Por conseguinte, apelam aos países da UE para que utilizem critérios ambientais, sociais e económicos objetivos na atribuição das possibilidades de pesca, tendo também em conta as diferenças na composição das frotas, sendo que, em alguns países, a pesca de pequena escala é predominante.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre o relatório aprovado.



Mobilidade

O futuro do transporte ferroviário sustentável na Europa

Este [estudo](#), a pedido do Painel para o Futuro da Ciência e da Tecnologia (STOA) e gerido pela Unidade de Prospetiva Científica da Direção de Avaliação de Impacto e Valor Acrescentado Europeu, no âmbito do [Serviço de Estudos do Parlamento Europeu](#) (EPRS) do Secretariado do Parlamento Europeu, examina as possíveis trajetórias a longo prazo do sistema ferroviário europeu, analisando as tendências, os fatores impulsionadores e as incertezas que moldam a sua evolução até 2050. Explora a forma como os desenvolvimentos emergentes a nível tecnológico, regulamentar, económico e social podem influenciar o papel do transporte ferroviário num sistema de transportes europeu sustentável, resiliente e competitivo. A análise considera um leque de configurações futuras plausíveis para o setor, avaliando as suas implicações para a mobilidade, o consumo de energia, os objetivos climáticos, a coesão territorial e as necessidades de infraestruturas. É dada atenção à potencial relevância de soluções de transporte inovadoras, incluindo o hyperloop e o maglev, no âmbito de diferentes percursos de desenvolvimento, tendo em conta a sua viabilidade técnica, os requisitos regulamentares e os impactos ao nível do sistema.

O estudo baseia-se em literatura científica e não publicada e integra as perspetivas das partes interessadas relevantes para captar diversas perspetivas sobre o futuro do transporte ferroviário. Ao identificar opções políticas, o trabalho visa apoiar o planeamento de transportes a longo prazo e as decisões de investimento a nível da UE. As conclusões destinam-se a informar os debates políticos em

curso sobre a transformação do setor ferroviário europeu e a sua contribuição para os objetivos mais amplos da União em matéria de competitividade, sustentabilidade e conectividade.



Proteção Civil

UE disponibiliza apoio a incêndios florestais para fazer face a múltiplos incêndios em Portugal e França

Uma vez que a Europa está a combater os incêndios florestais em vários Estados-Membros, a Comissão está a mobilizar rapidamente assistência através do [Mecanismo Europeu de Proteção Civil \(MPCU\)](#). Durante o passado fim de semana, Portugal e França ativaram o MPCU devido a incêndios florestais devastadores, com vários deles ativos simultaneamente e queimando milhares de hectares.

A França ativou o MPCU em 5 de julho. A Comissão Europeia mobilizou quatro aviões [rescEU](#) da Suécia e de Chipre, que chegaram às zonas afetadas na passada segunda-feira. Portugal ativou o mecanismo em 3 de julho. 118 bombeiros e 45 veículos de Espanha chegaram ao local algumas horas após a ativação e foram destacados três aviões de combate a incêndios [rescEU](#) de Itália e Espanha.

Este ano, a Comissão destacou um número recorde de bombeiros para combater os incêndios florestais. 777 bombeiros de 14 países europeus já estão ou estarão em breve estrategicamente posicionados em zonas de alto risco em Chipre, Grécia, Itália, França, Espanha e Portugal. Paralelamente, 22 aviões de combate a incêndios e cinco helicópteros da frota da UE estão prontos para apoiar os países sob pressão.

Hadja Lahbib, comissária responsável pela Igualdade, Preparação e Gestão de Crises, declarou: «À medida que Portugal e França enfrentam uma ameaça extrema de incêndios florestais durante esta forte vaga de calor, cada minuto é importante. Orgulho-me de ver o Mecanismo de Proteção Civil da UE prestar mais uma vez um apoio rápido quando é mais necessário. Aviões de combate a incêndios, equipas de terra e veículos da Suécia, Chipre, Itália e Espanha já estão a ajudar equipas de emergência no terreno. Perante estes incêndios devastadores, a Europa mantém-se unida. Estamos unidos na nossa determinação de proteger vidas, comunidades, meios de subsistência e o nosso ambiente natural.»

Através do Mecanismo de Proteção Civil da UE, os países afetados por incêndios florestais podem solicitar assistência operacional. A UE criou igualmente a rescEU, uma reserva estratégica de capacidades de emergência concebida para prestar apoio adicional durante crises de grande escala. Reconhecendo os riscos crescentes de incêndios florestais com as alterações climáticas, a Comissão apresentou, em março de 2026, uma [nova abordagem integrada da gestão dos riscos de incêndios florestais](#), que fornece orientações sobre a melhor forma de prevenir, preparar, responder e recuperar dos incêndios florestais.



Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034

Futura política agrícola comum: as regiões defendem uma dimensão territorial mais forte e apoios justos

Durante a sua sessão plenária de julho, o Comité das Regiões (CR) aprovou por unanimidade a sua posição sobre a Política Agrícola Comum (PAC) para o período de 2028 a 2034, apelando a um papel mais forte para as autoridades locais e regionais, a um sistema de apoio ao rendimento justo e previsível para os agricultores e a uma abordagem equilibrada dos objetivos económicos, ambientais e sociais, a fim de garantir a renovação geracional.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre a posição do Comité das Regiões.

Regiões e municípios opõem-se a cortes propostos no financiamento da pesca

Os dirigentes locais e regionais partilharam com o Comissário Kadis a sua preocupação de que os cortes no financiamento da UE enfraqueceriam as comunidades costeiras e a segurança alimentar.

Durante um debate com o Comissário Europeu para as Pescas e os Oceanos, Costas Kadis, na sessão plenária de julho, o Comité das Regiões (CR) apelou a que o financiamento da UE destinado às pescas, à aquicultura e às comunidades costeiras fosse mantido, pelo menos, nos níveis atuais. Os responsáveis locais e regionais alertaram que a redução proposta dos recursos no âmbito do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para 2028-2034 corre o risco de comprometer a resiliência das regiões costeiras e de limitar a capacidade do setor para contribuir para os objetivos ambientais, climáticos e energéticos da UE.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Regiões e municípios apelam a um Fundo Social mais forte no próximo orçamento da UE

O Comité das Regiões Europeu (CR) [manifestou](#) a sua oposição aos planos da Comissão Europeia de fundir o Fundo Social Europeu (FSE) com outros instrumentos da UE no âmbito dos planos nacionais únicos, apelando à sua preservação enquanto instrumento autónomo. O Comité apelou igualmente ao aumento do orçamento do FSE para mais de 124 mil milhões de euros em 2028-34.

Relatório da Comissão destaca as realizações das regras da UE em matéria de saúde animal

Dez anos após a sua adoção, a Comissão Europeia publicou uma [avaliação da legislação da UE em matéria](#) de saúde animal. A avaliação e o relatório que a acompanha salientam o impacto positivo que a legislação teve na luta contra as doenças animais, apresentando simultaneamente domínios a melhorar. As doenças animais podem ter consequências devastadoras para os agricultores e as comunidades rurais e afetar a saúde pública, as economias e o comércio. A [Lei da Saúde Animal](#) ajudou a reduzir estes impactos e a controlar as doenças, proporcionando simultaneamente um quadro sólido para medidas preventivas de saúde animal baseadas nos riscos em toda a UE. A manutenção de elevados padrões de saúde animal é uma das razões pelas quais a UE é o maior exportador de produtos agrícolas do mundo.

Ao mesmo tempo, a Comissão identificou determinados domínios em que é necessário continuar a trabalhar para tirar pleno partido dos benefícios da lei. Estas incluem uma aplicação mais uniforme das regras em todos os Estados-Membros, um melhor sistema de categorização de doenças adaptável face a ameaças novas e emergentes e, potencialmente, uma maior utilização da vacinação como instrumento preventivo.

O atual quadro de saúde animal baseia-se nos conhecimentos científicos mais recentes e é continuamente atualizado quando necessário. A avaliação foi publicada antes de uma conferência de alto nível para assinalar os 10 anos da Lei da Saúde Animal, que teve lugar em Bruxelas, em 8 de julho, e que foi aberta por Olivér Várhelyi, comissário responsável pela Saúde e Bem-Estar dos Animais. Este evento constituirá uma oportunidade para debater a sua aplicação, as realizações do quadro e os desafios futuros. A conferência pode ser revista [aqui](#).

Comissão assina contrato de aquisição conjunta de vacinas para reforçar a proteção antes da época de inverno de 2026-2027

A Comissão Europeia assinou, a pedido de seis países, um contrato-quadro de aquisição conjunta com a Moderna para aceder a até 24 milhões de doses da vacina mRESVIA® baseada em ARNm (vírus sincicial respiratório), sem um número mínimo de doses a comprar. Esta vacina protege contra doenças dos pulmões, como bronquite e pneumonia, causadas pelo VSR em adultos. O contrato terá uma duração máxima de quatro anos.

O VSR é um vírus respiratório comum que causa sintomas leves, semelhantes aos do resfriado. Embora a maioria das pessoas recupere normalmente em cerca de uma semana sem necessidade de tratamento médico, o VSR pode causar doenças graves e morte em grupos mais vulneráveis, como os adultos mais velhos, conduzindo à hospitalização na Europa de mais de 156 000 adultos por ano.

Ao proteger os cidadãos através de um maior acesso e disponibilidade de vacinas contra o VSR, este contrato pode ajudar a reduzir a carga sobre os serviços de saúde durante a época de inverno, quando os sistemas de saúde pública estão frequentemente sob maior pressão devido a vírus sazonais. Pode também reduzir o consumo de antibióticos através da prevenção de infeções por VSR, reduzindo assim o número de doentes a quem são prescritos antibióticos desnecessariamente ou como precaução.

Em julho de 2026, 39 países assinaram o [acordo de contratação pública conjunta](#), um mecanismo a nível da UE para a aquisição conjunta de contramedidas médicas numa base voluntária e flexível. Este mecanismo contribui para a preparação a nível da UE para crises de saúde pública ou pandemias.

Hadja Lahbib, comissária responsável pela Igualdade, Preparação e Gestão de Crises, declarou: «Com a aquisição conjunta de hoje de uma vacina contra o VSR, estamos a ajudar os Estados-Membros a melhorar a sua preparação contra este vírus grave antes da próxima época de inverno. Isso protegerá os mais vulneráveis e reduzirá a pressão que as infeções respiratórias colocam em nossos hospitais durante os meses de inverno. Estar preparado hoje significa salvar vidas quando chegar a próxima época alta.»

Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



Comissão apresenta Plano de Ação da UE para a Cibersegurança e a Inteligência Artificial

A Comissão Europeia apresentou um plano de ação para uma resposta estruturada para fazer face aos riscos e aproveitar as oportunidades dos modelos avançados de inteligência artificial (IA) para a cibersegurança.

Novos modelos avançados de IA estão a redefinir a cibersegurança. A IA pode ser utilizada de forma abusiva para identificar vulnerabilidades, automatizar ataques e aumentar a escala e a velocidade dos ciberincidentes a uma velocidade sem precedentes.

Com base no quadro jurídico único da UE para a IA e a cibersegurança, o plano de ação reunirá os Estados-Membros, a indústria e as organizações a nível da UE para reforçar a cibersegurança do nosso panorama digital contra as vulnerabilidades colocadas pela IA avançada.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre a proposta apresentada pela Comissão Europeia.

A Comissão aceita compromissos vinculativos da SAP no sentido de dar resposta às preocupações em matéria de concorrência relativas aos serviços para o seu popular software de gestão empresarial

A Comissão Europeia aceitou compromissos da SAP no sentido de dar resposta às preocupações da UE em matéria de concorrência relacionadas com os seus serviços de apoio pós-venda para o software de planeamento de recursos empresariais (ERP) no local. Estes compromissos são agora juridicamente vinculativos ao abrigo das regras anti-trust da UE.

Em [setembro de 2025](#), a Comissão deu início a uma investigação formal e concluiu, a título preliminar, que a SAP está envolvida em quatro práticas suscetíveis de restringir a concorrência no mercado do EEE de serviços de manutenção e apoio (M&S) para o software ERP da SAP no local.

Em resposta às preocupações da Comissão, a SAP propôs compromissos. Entre [novembro de 2025 e dezembro de 2025](#), a Comissão testou esses compromissos no mercado e consultou todos os terceiros interessados para verificar se eliminariam as preocupações em matéria de concorrência. À luz dos resultados deste teste de mercado, a SAP ajustou a proposta inicial.

A SAP clarificará as condições para dividir o panorama SAP dos clientes em partes separadas, permitirá que os clientes rescindam as suas licenças e as respetivas taxas M&S em alguns cenários específicos, dará um acesso mais amplo aos contratos de métrica única, clarificará as suas disposições contratuais relativas ao prazo inicial da licença e abster-se-á de reiniciar um novo prazo para cada aquisição de licença adicional, abolirá as taxas de reintegração e reduzirá as taxas de manutenção a posteriori cobradas aos clientes que regressem ao apoio da SAP após um período de ausência e criará uma estrutura de compensação interna a que os clientes possam recorrer quando considerarem que a SAP não está a aplicar corretamente os compromissos.

A Comissão concluiu que os compromissos finais dão uma resposta adequada às suas preocupações preliminares em matéria de concorrência e decidiu torná-los juridicamente vinculativos para a SAP.

A vice-presidente executiva responsável por uma Transição Limpa, Justa e Competitiva, Teresa Ribera, declarou: «O software da SAP é fundamental para as empresas em toda a Europa e, de facto, a nível mundial. A decisão de hoje dá aos clientes que utilizam o popular software de gestão empresarial local da SAP mais liberdade para escolher serviços de manutenção e suporte sem restrições injustas que aumentaram os seus custos e sufocaram a concorrência. Os compromissos juridicamente vinculativos garantidos pela Comissão estabelecem uma referência para o setor em termos mais gerais e devem servir de alerta contra práticas semelhantes nos mercados da computação em nuvem, em que os clientes se deslocam cada vez mais. Esta decisão envia uma mensagem forte: as empresas dominantes nos mercados digitais e não só não devem abusar do seu poder de vincular os utilizadores em detrimento da escolha e da inovação.»

Mais informações no [comunicado de imprensa](#).

Comissão considera preliminarmente que a forma como o Instagram e o Facebook são concebidos cria dependência, em violação do Regulamento dos Serviços Digitais

A Comissão Europeia considerou, a título preliminar, que [a Meta violou o Regulamento dos Serviços Digitais devido](#) à conceção viciante do Instagram e do Facebook. A investigação se concentra em recursos como deslocamento infinito, reprodução automática, notificações push e sistemas de recomendação altamente personalizados das plataformas.

A investigação da Comissão indica que a Meta não avaliou adequadamente os riscos da sua conceção que cria dependência para o bem-estar físico e mental dos utilizadores, incluindo menores e adultos vulneráveis.

Por exemplo, a Meta não considerou certas características de design do Instagram e do Facebook, como recomendações altamente personalizadas, reprodução automática e pergaminho infinito, que mostram constantemente novos conteúdos aos utilizadores. Estas características alimentam a vontade do utilizador de continuar a deslocar-se e mudar o cérebro para o «modo piloto automático», contribuindo para hábitos pouco saudáveis e para uma utilização compulsiva.

Além disso, a Meta ignorou as informações disponíveis sobre o tempo que os menores passam no Instagram ou no Facebook durante a noite e como a otimização dos seus diferentes formatos - como rolos e histórias - pode levar a uma utilização excessiva ou compulsiva dos serviços.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.



Turismo

Parlamento Europeu reforça os direitos dos passageiros dos transportes aéreos

As novas regras da UE preveem um processo de indemnização mais rápido e mais simples pelos voos atrasados, lugares sem custos para famílias e tarifas aéreas com bagagem de mão incluída.

Na passada terça-feira, os eurodeputados aprovaram, por 546 votos a favor, 12 votos contra e três abstenções, as [alterações às regras relativas aos direitos dos passageiros dos transportes aéreos](#) acordadas com o Conselho da UE no [Comité de Conciliação](#). Em vigor desde 2004, estas regras procuram garantir que os passageiros estão suficientemente protegidos de perturbações nas viagens, como a recusa de embarque e atrasos ou cancelamentos de voos.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada.

Pico de verão: 31% das noites turísticas em agosto e julho

Em 2025, 31,1 % de todas as [dormidas](#) em alojamentos turísticos em toda a [UE](#) tiveram lugar durante os dois meses mais movimentados; em todos os países da UE, foram agosto e julho. A sazonalidade do turismo é impulsionada por fatores ambientais, como as condições climáticas e a localização geográfica, juntamente com influências sociais e culturais, como as férias escolares.

O padrão sazonal foi mais pronunciado na Croácia, onde 54,5 % das dormidas em 2025 foram registadas em julho e agosto, seguida da Bulgária (43,4 %) e da Grécia (41,6 %). Malta (21,9 %), a Alemanha (24,0 %) e a Finlândia (24,1 %) situaram-se no outro extremo, com as percentagens mais baixas dos dois primeiros meses no desempenho global.

Em agosto, o mês mais movimentado de 2025, registaram-se 3,6 vezes mais dormidas em toda a UE do que em janeiro, o mês mais lento. Alguns países destacaram-se pela sua acentuada sazonalidade: na Croácia, as dormidas em agosto foram 41,1 vezes superiores às de janeiro, enquanto na Grécia o rácio foi de 20,5.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes desta informação estatística publicada pelo Eurostat.

Mais no Parlamento Europeu:

Calendário para [2026](#) e [2027](#).

Mais no Comité das Regiões Europeu:

Calendário para [2026](#).

Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Irlandesa](#)



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, consequentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Turismo



União Europeia, outros

Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR – [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT – [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!